

## Legislação

### A. Legislação nacional publicada, em matéria societária de Maio a Setembro de 2011

1. **Lei n.º 46/2011, de 24 de Junho:** Cria, entre outros, o tribunal de competência especializada para a concorrência, regulação e supervisão, com competência para as questões relativas a recurso, revisão e execução das decisões, despachos e demais medidas em processo de contra-ordenação emitidas pelas seguintes entidades: Autoridade da Concorrência, Autoridade Nacional de Comunicações, Banco de Portugal, Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Instituto de Seguros de Portugal e demais entidades administrativas independentes com funções de regulação e supervisão. O diploma em apreço altera em consequência inúmeros diplomas legais (ex. o RGICSF, o CVM).

2. **Decreto-Lei n.º 88/2011, de 20 de Julho:** Entre outros aspectos, introduz alterações ao RGICSF em matéria de políticas de remuneração das instituições de crédito e empresas de investimento, no sentido de exigir a adopção de políticas e práticas de remuneração consentâneas com uma gestão de riscos sã e prudente. A este propósito, estabelece os princípios que devem ser respeitados no estabelecimento e aplicação das políticas de remuneração.

3. **Decreto-Lei n.º 90/2011, de 25 de Julho:** Elimina os direitos especiais detidos pelo accionista Estado na EDP – Energias de Portugal, S.A., na GALP Energia, SGPS, S.A. e na Portugal Telecom, SGPS, S.A.

4. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2011, de 19 de Agosto:** Regula a operação de reprivatização do capital social do BPN – Banco Português de Negócios, S.A.

5. **Decreto-Lei n.º 96/2011, de 19 de Agosto:** Altera o Decreto-Lei n.º 2/2010, que aprovou a operação de reprivatização do capital social do BPN – Banco Português de Negócios, S.A. prevendo, entre outras alterações, a possi-

bilidade de a alienação das acções representativas do capital do banco ser feita por venda directa.

6. **Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2011, de 6 de Setembro:** Procede à adjudicação da proposta apresentada no âmbito da venda directa da totalidade das acções do BPN – Banco Português de Negócios, S.A., reservando um lote de acções para aquisição por parte dos trabalhadores, como previsto no Decreto-Lei n.º 2/2010.

7. **Lei n.º 50/2011, de 13 de Setembro:** Procede à segunda alteração à Lei Quadro das Privatizações, aprovada pela Lei n.º 11/90, de 5 de Abril.

## **B. Outra documentação relevante, em matéria societária**

**Consulta Pública sobre Anteprojecto de alteração do artigo 182.º-A do Código dos Valores Mobiliários:** A CMVM submeteu a consulta pública, que decorreu até ao dia 8 de Setembro de 2011, uma proposta de modificação do artigo 182.º-A, CVM, relativo aos efeitos do lançamento de uma oferta pública de aquisição nas restrições em matéria de transmissão de acções e de exercício do direito de voto. O documento em apreço pode ser consultado no *site* da CMVM ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)). O Instituto Português de Corporate Governance publicou no seu *site* ([www.egov.pt](http://www.egov.pt)) uma resposta a esta consulta pública, através da qual deu a conhecer a sua posição sobre as alterações sugeridas.

EM.C.